



InfoSNESup

Número 129 – Novembro de 2010 – 1ª Quinzena

SUMÁRIO

- ✓ **GREVE DE DIA 24 DE NOVEMBRO: APENAS UM COMEÇO**
- ✓ **REUNIÕES COM A COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E GRUPOS PARLAMENTARES**
- ✓ **REUNIÃO COM A ABIC**
- ✓ **REGULAMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**
- ✓ **ADSE: UM ESTRANHO SEGURO DE SAÚDE**
- ✓ **CÓDIGO DO TRABALHO: UM ACÓRDÃO PREOCUPANTE**
- ✓ **EQUIPA DE DELEGADOS REGIONAIS DO PORTO**
- ✓ **EVENTOS**
- ✓ **DIÁRIO DA REPÚBLICA**

GREVE DE DIA 24 DE NOVEMBRO: APENAS UM COMEÇO

Na sequência de votação realizada entre os seus associados, o SNESup vai emitir um pré-aviso de greve nacional do ensino superior para dia 24 de Novembro, pela garantia de condições de funcionamento nas instituições do ensino superior e de investigação científica e de condições de trabalho dignas para aqueles que nelas prestam serviço, pela defesa da existência de sistemas de reconhecimento e recompensa do mérito adequados às carreiras de elevada qualificação, exigência e responsabilidade abrangidas pelo Sindicato, pelo cumprimento dos regimes transitórios dos Estatutos de Carreira e pela vinculação em contrato por tempo indeterminado dos investigadores doutorados, pelo efectivo cumprimento da legislação de trabalho nas instituições de ensino superior particular e cooperativo, pelo início de um efectivo diálogo sobre o futuro do ensino superior e da investigação científica e sobre o enquadramento dos seus docentes e investigadores.

Propomos assim a todos os docentes do ensino superior e investigadores que paralisem no dia 24 de Novembro contra o corte de carreiras que nos querem impor: corte nos vencimentos, corte no reconhecimento e recompensa do mérito, corte contra o acesso a vínculos contratuais estáveis, corte contra o cumprimento da legislação do trabalho, corte no exercício

de direitos colectivos, antes de mais o direito à negociação. E que, igualmente, paralistem contra o subfinanciamento das instituições do ensino superior público: o subfinanciamento é inimigo da qualidade de ensino e da investigação, é inimigo das condições de trabalho de docentes e investigadores, é inimigo dos alunos e em geral de todos os *stakeholders*.

Tal como, ao ser anunciada a greve geral (com a qual o nosso pré-aviso irá parcialmente coincidir sem se identificar) dissemos aos promotores do movimento, julgamos que ao contrário do que estará por estes a ser perspectivado em geral para os sectores empresariais privado e público e para a administração pública, é importante que a paralisação do ensino superior seja activa e visível - com reuniões nos locais de trabalho que se mantenham abertos, com tomadas de posição, com projecção mediática e, caso haja disponibilidade dos colegas, com concentrações, designadamente em Lisboa. Para nós, o que se passar no dia 24 de Novembro deve ser entendido como apenas um começo.

O SNESup, que nos passados dias 13 e 14 de Novembro per fez 21 anos de existência, nasceu nas grandes greves às provas específicas de 1989, fez as greves de 1995 que abriram caminho à revalorização salarial de 1996-1999, promoveu em Outubro de 2002 a primeira greve por correio electrónico, empenhou-se na greve às avaliações do Politécnico em Junho e Julho de 2009, dinamizou até greves nos locais de trabalho na Universidade dos Açores, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda, na Escola Superior de Saúde do Alcoitão, no Departamento de Ciências do Desporto na Universidade da Beira Interior. A greve por objectivos profissionais, pelo cumprimento da legalidade democrática, pela realização de negociações, conduzida responsavelmente, está na matriz do nosso sindicato. A ela recorreremos sempre que necessário e mediante processos democráticos de decisão.

REUNIÕES COM A COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E GRUPOS PARLAMENTARES

Uma delegação do SNESup composta pelo Presidente do Conselho Nacional (Raul Jorge), Presidente da Direcção (António Vicente) e Vice-Presidentes da Direcção (Teresa Alpuim, José Moreira e José Rodrigues) reuniu na passada 6ª à tarde na Assembleia da República com a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência com vista à apresentação das exposições apresentadas à respectiva Comissão (<http://www.snesup.pt/htmls/EkIlyAAkppomwKkDub.shtml>)

O SNESup teve oportunidade de chamar a atenção para várias preocupações que, reflectindo alguns dos pontos do Caderno de Encargos apresentado pelo SNESup (<http://www.snesup.pt/htmls/EkII EZAUyFYQBfkdZD.shtml>), tiveram algum acolhimento por parte dos Senhores Deputados, e que se espera nos dias da votação na especialidade do Orçamento de Estado para 2011 (23, 24 e 25 de Novembro) se possam concretizar:

- a necessidade de salvaguardar a aplicação dos regimes transitórios do ECDU e ECPDESP;
- criar condições de incentivo à mobilidade entre instituições considerando para efeitos de período experimental o tempo de serviço cumprido em outra instituição na mesma categoria;
- possibilitar, face à limitação da Lei 12-A/2010 (PECII), exclusivamente para efeitos de apresentação de candidatura a concurso, a consideração de situação similar a tempo indeterminado a vinculação no ECDU, ECPDESP, ECIC ou Decreto-Lei nº 125/99, desde que tenha três anos na situação, preste serviço em instituição de ensino superior público à data da candidatura, e tenha grau de doutor;

- a necessidade de assegurar aos professores auxiliares e professores adjuntos, mediante adequada e exigente avaliação curricular, a estabilidade contratual inerente à *tenure*, que neste momento só pode ser atingida nas categorias superiores.

O SNESup reuniu ainda no dia 15 com Deputados do PS (o único grupo parlamentar que ainda não havia recebido o SNESup) onde teve oportunidade de apresentar as suas propostas para inclusão na Lei do OE para 2011, não foi no entanto assumido qualquer compromisso por parte do deputado João Paulo Ferreira neste sentido.

REUNIÃO COM A ABIC

A Direcção do SNESup reuniu no passado dia 29 de Outubro com a Direcção da ABIC para discutir a situação dos Investigadores e Bolseiros do Ensino Superior, nomeadamente atendendo à não remuneração pelo trabalho lectivo assegurado por estes. Esta é uma situação que preocupa ambas as associações que acordaram uma colaboração mais estreita com vista à identificação de instituições e regulamentos que incitem a esta prática bem como à denúncia pública das mesmas. Foi ainda acordada a realização de pedidos de reuniões conjuntas sobre o assunto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Fundação para a Ciência e Tecnologia com vista ao esclarecimento por parte destas Instituições. Com vista à sensibilização para o problema em causa e suas graves implicações para o Ensino Superior, estão já a ser preparadas reuniões conjuntas direccionadas principalmente para Investigadores e Bolseiros em diversas Universidades, estando já previstas reuniões para o próximo dia 17 de Novembro (quarta-feira) nas Universidades de Lisboa e Universidade de Aveiro, seguindo-se no próximo mês na Universidade do Porto e Universidade Técnica de Lisboa.

REGULAMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O SNESup tem continuado a acompanhar processos diversos de elaboração e publicação de vários regulamentos, prevendo-se a emissão de comunicados e, a partir do final deste ano, a publicação no site do SNESup de notas dando conta das ilegalidades que subsistem em alguns regulamentos, com vista a facilitar o recurso dos interessados ao nosso apoio jurídico.

Recebemos entretanto da Escola Superior Náutica Infante D. Henrique comunicação dando conta de terem sido acolhidas as nossas propostas.

ADSE: UM ESTRANHO SEGURO DE SAÚDE

O Ministério das Finanças e da Administração Pública enviou aos sindicatos que costuma convidar para efeitos de negociação colectiva um projecto de Decreto-Lei relativo à ADSE. <http://www.snesup.pt/htmls/EklAlkuuZukWWRLbLD.shtml>

Prevê-se que os beneficiários contribuam com 1,5 % do vencimento, o que aliás resultará da aprovação da Lei do Orçamento do Estado para 2011, a possibilidade – admitida pela primeira vez – de os beneficiários optarem por não continuar inscritos, e a redução dos benefícios actualmente concedidos ou, mais precisamente, que esses benefícios passem a ser definidos por portaria. Mantêm-se a livre escolha de prestadores de serviços de saúde, mas as participações nas despesas que se não encontrem abrangidas por convenções celebradas pela própria ADSE terão como referência valores pré-definidos. Tudo isto surge num contexto em que os custos disparam e a ADSE não paga a tempo e horas.

A comunicação social passa a ideia de que se pretende transformar a ADSE num seguro de saúde. Estranho seguro de saúde será esse em que o preço depende não dos benefícios subscritos mas do vencimento. E em que quem sair fica inibido para sempre de voltar.

Um conhecido académico, actualmente eurodeputado, defendeu há anos que a ADSE fosse extinta por duplicar o Serviço Nacional de Saúde e ser uma “sobrevivência corporativa”. Não concordamos, de facto a instituição deste mecanismo surgiu num contexto ligado a propostas de reforma administrativa e de políticas de melhoria da situação do funcionalismo público introduzidas apenas na fase final do anterior regime, e nada de resto proíbe uma entidade empregadora de definir planos de saúde próprios, ainda que essa entidade empregadora seja o Estado, que até passou os vínculos laborais a contratos de trabalho.

Como *second best* a mesma personalidade avançava com a sugestão de a ADSE passar a ser gerida por uma entidade especializada. Talvez que se de facto o Estado abrisse um concurso público para, com base numa contribuição fixa sua, lhe fossem apresentadas propostas de criação de um seguro de saúde com livre inscrição e livre retirada, e com pagamentos dos beneficiários em função do plano de benefícios subscrito, pudesse realizar obra mais asseada e deixar de extorquir os seus funcionários.

O SNESup teve ocasião sob o Governo Guterres de reivindicar a participação no Conselho Consultivo da ADSE e reivindica do Governo actual ser parte da negociação.

CÓDIGO DO TRABALHO: UM ACÓRDÃO PREOCUPANTE

Conforme registamos infra na Secção Diário da República, um Acórdão do Tribunal Constitucional deixou passar com uma única excepção, toda uma série de disposições do Código de Trabalho revisto pela Lei nº 7/2009. Desta vez porém, e ao contrário do que sucedeu com os Acórdãos relativos ao novo regime de função pública e ao novo regime de protecção social da função pública, registaram-se toda uma série de declarações de voto que merecem leitura atenta.

Apesar do processo político de eleição dos juízes constitucionais existe ainda no tribunal alguma sensibilidade para matéria laboral, quando esta diz respeito a regimes de direito privado. Mas o resultado global é decepcionante.

EQUIPA DE DELEGADOS REGIONAIS DO PORTO

A equipa de delegados regionais do SNESup no Porto passou a ser integrada pelos colegas, José Rodrigues, Luís Moutinho e João Salgado.

<http://www.snesup.pt/htmls/extra/2010/07/JosAlbertoMadureiraSalgadoRodrigues.shtml>

<http://www.snesup.pt/htmls/extra/2010/07/LusCarlosMoutinhodaSilva.shtml>

<http://www.snesup.pt/htmls/extra/2010/11/JooManueldeCastroFariaSalgado.shtml>

Está nos nossos planos continuar a reforçar as equipas de delegados regionais, que são estatutariamente designadas pela Direcção do Sindicato.

EVENTOS

- Ciclo de Conferências Image in Science and Art

Local: Fundação Calouste Gulbenkian

- 17 Novembro 2010 às 18.00 “Taking it on Trust” in Images of Nature”
- 15 Dezembro 2010 às 18.00 “The Problem of a Picture of an Atom”
- 19 Janeiro 2011 às 18.00 “Visiting Time: The Renegotiation of Time through Time-Based Art”
- 2 Fevereiro 2011 às 18.00 “Functional Images of the Brain: Beauty, Bounty, and Beyond”

Videodifusão: <http://live.fccn.pt/fcg>

- Seminário “Interacções entre leigos, peritos e decisores políticos”

29 - 30 de Novembro de 2010

Local: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

- II Conferência Nacional de Qualidade de Vida: A Qualidade de Vida como Factor de Competitividade

29 de Novembro de 2010

Local: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Pólo do Alto da Ajuda em Lisboa, Auditório 6 no piso 0.

Para mais informações consulte:

http://www.iscsp.utl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=676&catid=158&Itemid=35

- Conferência “Entre la secularización y retorno de los dioses y las diosas”

17 de Novembro de 2010, 17h

Local: Sala de seminários (2º piso), CES-Coimbra

Para mais informações consulte: http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=3015&id_lingua=1

- Conferência “Para Salvar o Planeta Livrem-se do Capitalismo”

19 de Novembro de 2010, 17h30

Local: Anfiteatro 3.1, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Para mais informações consulte: http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=3024&id_lingua=1

- Conferência “Direito, Advocacia e a Legitimidade da Construção do Capitalismo Corporativo Global”

19 de Novembro de 2010, 14h

Local: Sala Keynes, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Para mais informações consulte: http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=3004&id_lingua=1

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 123/2010 publicada em 12 de Novembro

- Relatório final do grupo de missão sobre a governação económica.

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=1&idddr=2010.220&iddip=20102783>

Decreto-Lei n.º 122/2010 de 11 de Novembro - Estabelece o número de posições remuneratórias das categorias da carreira especial de enfermagem, identifica os respectivos níveis da tabela remuneratória única e procede à primeira alteração ao **Decreto-Lei n.º 247/2009**, de 22 de Setembro, e ao **Decreto-Lei n.º 248/2009**, de 22 de Setembro.

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=1&idddr=2010.219&iddip=20102774>

<http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?s=sug&iddip=20092614>

<http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?s=sug&iddip=20092615>

Portaria n.º 1169/2010 de 10 de Novembro - Primeira alteração à **Portaria n.º 1020/2009**, de 10 de Setembro, que cria a Linha de Apoio à Internacionalização de Patentes (LAIP) e mantém para 2010 a mesma Linha de Apoio.

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=1&idddr=2010.218&iddip=20102756>

<http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?s=sug&iddip=20092446>

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 338/2010 publicado em 8 de Novembro - Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 356.º, n.º 1, do Código do Trabalho, aprovado pela **Lei n.º 7/2009**, de 12 de Fevereiro; não declara a inconstitucionalidade das seguintes normas do Código do Trabalho: n.os 1 e, em consequência, 2 a 5 do artigo 3.º; alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 140.º; n.º 1 do artigo 163.º, e artigos 205.º, 206.º, 208.º, 209.º, 392.º, 497.º, 501.º e 10.º da **Lei n.º 7/2009**, de 12 de Fevereiro.

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=1&idddr=2010.216&iddip=20102739>

<http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?s=sug&iddip=20090364>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2010 publicada em 4 de Novembro - Cria o Programa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GeRALL).

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=1&idddr=2010.214&iddip=20102704>

Portaria n.º 1125/2010 de 2 de Novembro - Primeira alteração à **Portaria n.º 959/2007**, de 21 de Agosto, que aprova os Estatutos da Agência Nacional para a Qualificação, I. P..

<http://www.dre.pt/util/getpdf.asp?s=diad&serie=1&idddr=2010.212&iddip=20102671>

<http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?s=sug&iddip=20072758>

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - snesup@snesup.pt

Porto – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas
Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt